

Solidariedade e a vida das mulheres na Grande São Paulo: A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do estado de São Paulo, Brasil

Solidaridad y la vida de las mujeres en Grande São Paulo: la experiencia de la Asociación de Mujeres en la Economía Solidaria del estado de São Paulo, Brasil

Solidarity and the life of women in Greater São Paulo: the experience of the Association of Women in Solidarity Economy of the state of São Paulo, Brasil

Beatriz Carrascosa von Glehn Schwenck*

bia.schwenck@gmail.com

Resumo: Este artigo traz algumas reflexões sobre as condições de construção de solidariedade entre e por mulheres moradoras das periferias da Região Metropolitana de São Paulo, partindo da experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo (AMESOL), cujo contato tive por meio de uma pesquisa-ação desenvolvida ao longo de 2018 e 2019. As condições forjadas na territorialidade da Grande SP e atravessadas por questões relativas ao gênero provocam a mobilização de uma visão substantiva da economia (à luz do pensamento de Karl Polanyi), interpelada pela crítica feminista a respeito do trabalho reprodutivo historicamente sob responsabilidade das mulheres. Sustentada pela necessidade de ampliar as concepções de solidariedade para reconhecer as formas existentes (e muitas vezes invisíveis) das práticas solidárias das mulheres, argumenta-se repensar a atualidade e evolução da economia solidária no Brasil, tanto como campo teórico como para a construção de políticas públicas que respondam diretamente à realidade e demandas concretas das mulheres.

Palavras-chave: economia solidária, feminismo, solidariedade.

Resumen: Este artículo trae algunas reflexiones sobre las condiciones de construcción de solidaridad entre y por mujeres moradoras de las periferias de la Región Metropolitana de São Paulo, partiendo de la experiencia de la Asociación de Mujeres en la Economía Solidaria del Estado de São Paulo (AMESOL), cuyo contacto tuve por medio de una investigación-acción desarrollada a lo largo de 2018 y 2019. Las condiciones forjadas en la territorialidad de la Grande SP y atravesadas por cuestiones relativas al género provocan la movilización de una visión sustantiva de la economía (a la luz del pensamiento de Karl Polanyi), interpelada por la crítica feminista respecto al trabajo reproductivo históricamente bajo la responsabilidad de las mujeres. Sostenida por la necesidad de ampliar las concepciones de solidaridad para reconocer las formas existentes (y muchas veces invisibles) de las prácticas solidarias de las mujeres, se argumenta repensar la actualidad y evolución de la economía solidaria en Brasil, tanto como campo teórico como para la construcción de políticas públicas que respondan directamente a la realidad y demandas concretas de las mujeres.

* Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.

Palabras clave: economía solidaria, feminismo, solidaridad.

Abstract: This article presents some reflections on the conditions for the construction of solidarity among women living in the outskirts of the Metropolitan Region of São Paulo, in reference to the experience of the Association of Women in Solidarity Economy of the State of São Paulo (AMESOL), based on a research-action project developed during 2018 and 2019. The conditions forged in the territoriality of the Greater São Paulo and crossed by questions related to the genre provoke the mobilization of a substantive vision of the economy (in the light of the thought of Karl Polanyi), criticized feminists view of reproductive work historically under the responsibility of women. Sustained by the need to broaden the conceptions of solidarity to recognize the existing (and often invisible) forms of women's solidarity practices, it is argued to rethink the current and evolution of the solidarity economy in Brazil, both as a theoretical field and as the construction of policies that respond directly to the reality and concrete demands of women.

Key words: solidarity economy, feminism, solidarity.

Introdução

Atualmente, o Brasil tem sido palco de muitos debates e reflexões sobre o mundo do trabalho. A crise nos postos formais de emprego, avaliações sobre os impactos da Reforma Trabalhista que está em vigor desde 2017, e as recentes negociações sobre a Reforma da Previdência¹ nos convidam a mobilizar outras formas de olhar o trabalho e os indicadores econômicos. A conjuntura política, social e econômica torna ainda mais urgente repensar o trabalho- não apenas o trabalho produtivo e mercantil, mas, sob o prisma de outras economias emergentes, sua relação com o trabalho não remunerado e não valorizado, historicamente sob responsabilidade das mulheres.

Com essa intenção, aqui será apresentada a experiência da AMESOL, Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo. Essa Associação reúne mulheres produtoras, artesãs e cozinheiras, moradoras das periferias da Região Metropolitana de São Paulo, envolvidas na construção de uma economia solidária e feminista. Fundada em 2013, mas com significativo aumento de suas sócias ao longo de 2017 e 2018 (não coincidentemente o período de crise do emprego formal e de desmantelamento das políticas públicas de apoio à economia solidária), a experiência da AMESOL nos mostra caminhos para construção de novas formas de organização do trabalho, potencialmente emancipatórias para as mulheres quando articulam de forma solidária as responsabilidades do trabalho doméstico e de cuidados, indispensável para a reprodução da vida, com alternativas de geração de renda.

Como se constrói a solidariedade entre mulheres, considerando, em particular, a responsabilidade pela reprodução social e o tamanho e complexidade de um território como a megalópole de SP? Qual a relação do território (a imensidão da Grande São Paulo) com as relações de solidariedade forjadas entre elas? Como isso se relaciona com as tarefas do trabalho reprodutivo e a necessidade urgente e imediata de geração de renda?

Esse texto é uma tentativa de contribuir com essas reflexões, com base em um projeto de pesquisa desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em parceria com a, então, Secretaria

¹ No momento da escrita do presente artigo, estava em negociação no parlamento brasileiro uma Reforma no sistema previdenciário, que até o fechamento da escrita foi aprovada e deve ser promulgada no mês de novembro de 2019. Entre outros pontos, a Reforma altera a idade mínima de contribuição necessária à aposentadoria, as regras sobre pensões e do Benefício de Prestação Continuada, colocando as mulheres brasileiras em situação de maior vulnerabilidade em relação aos direitos de seguridade social, sobretudo as moradoras das zonas rurais.

Nacional de Economia Solidária.² Entre 2017 e os primeiros meses de 2019, uma equipe de pesquisadoras da UFSCar e do Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) desenvolveu uma “pesquisa-ação” junto às mulheres da AMESOL, em busca de investigar entre experiências de economia solidária e feminista as condições e entraves para a construção da autonomia das mulheres.

A metodologia da pesquisa-ação enxerga a pesquisa como parte da ação, neste caso voltada para o fortalecimento da autonomia das mulheres no contexto de construção da economia solidária, e foi influenciada por metodologias de reflexão e ação feministas (MIES, 1998). Foram feitas entrevistas de profundidade em 15 empreendimentos; entrevistas com 14 mulheres que participam da AMESOL (entre associadas e articuladoras); entrevistas breves com nove expositoras e cinco consumidoras durante as Feiras mensais de economia solidária e feminista organizadas pela Associação; além da observação participante em reuniões da AMESOL e atividades de formação nas quais as Associadas estiveram presentes. Foram criados também espaços de interlocução direta e permanente com as mulheres da AMESOL sobre os rumos da pesquisa, e que possibilitaram o compartilhamento de impressões ao longo do processo de investigação e análise.

A construção desta pesquisa-ação e os caminhos de reflexão aqui apresentados baseiam-se na epistemologia das ausências e epistemologia das emergências (SOUSA SANTOS, 2002), a partir da qual procuramos dar visibilidade às práticas que estiveram historicamente invisibilizadas pela lógica dominante (seja no que diz respeito ao trabalho produtivo solidário, seja aos trabalhos doméstico e de cuidados executados pelas mulheres), procurando nelas as potências e os entraves para a construção da economia solidária e feminista e a autonomia das mulheres.

É importante ressaltar, na experiência da AMESOL, o papel da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), uma ONG sediada em São Paulo que se dedica à “animação” e articulação da AMESOL e também à dinamização do movimento feminista, sobretudo a partir da Marcha Mundial das Mulheres. Também foram significativas as contribuições de articuladoras representantes de outros movimentos sociais (como o da economia solidária, ou da luta antimanicomial) e de partidos políticos de esquerda associados com as propostas da economia solidária. A identificação de diversas pessoas mobilizadas entorno dessa experiência mostra a importância de ancorar o debate não só nas reflexões sobre locais e formas de produção e comercialização, como também de articulação dos movimentos sociais, construção das políticas públicas, assim como campos de investigação e reflexão acadêmica.

Para percorrer essas reflexões, este texto se valerá de três partes, além da introdução e considerações finais. Na primeira parte, serão apresentadas algumas dinâmicas da AMESOL, sobretudo no que diz respeito à forma de construção de solidariedade das mulheres a partir do território onde estão inseridas e das relações de gênero.

Na segunda parte, avançaremos na reflexão sobre as práticas de solidariedade e sobre a economia desde a realidade das mulheres, propondo uma visão holística e substantiva da economia, à luz do pensamento de Karl Polanyi, e levando a inflexão ao campo da economia solidária no Brasil.

Na terceira parte, o esforço de reajustar nosso olhar para observação das práticas concretas de economias emergentes é feito à luz da categoria gênero, aprofundando a relação com o debate feminista de reprodução da vida e como isso incide na busca por emancipação e nas práticas solidárias construídas entre mulheres da AMESOL.

Com esse caminho, argumenta-se a necessidade de expandir o olhar para as práticas econômicas e solidárias muitas vezes invisíveis das mulheres, tanto para pensar os fundamentos da economia e da

² Economia Feminista e Solidária: ações para o fortalecimento da autonomia econômica das mulheres”, sob coordenação do Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez, cujo produto final é uma publicação coletiva (em fase de finalização), que deu subsídio para as reflexões aqui apresentadas. O texto "Política da economia solidária e feminista. A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do Estado de São Paulo", de autoria de Isabelle Hillenkamp, faz também parte deste projeto e é apresentado de forma complementar neste dossiê.

economia solidária no Brasil, como para a construção de políticas públicas que respondam diretamente à realidade e demandas concretas das mulheres.

Trabalhos, deslocamentos e solidariedades: as experiências das mulheres da AMESOL

Ao longo de 2018, a Associação de Mulheres na Economia Solidária do estado de São Paulo (AMESOL) reuniu cerca de 70 mulheres, organizadas em torno de 40 empreendimentos solidários de diferentes segmentos (alimentação, artesanato, serviços, produção agroecológica e orgânica de alimentos) e com diferentes formas de organização da produção (coletiva, familiar, individual), realizando atividades de formação, intercâmbio de experiências e de articulação política. A principal atividade da AMESOL, o principal lugar onde as mulheres se encontravam para exercitar as relações de autogestão, foi as Feiras mensais de economia solidária e feminista.³

A AMESOL foi criada em 2013, a partir da movimentação de mulheres de diferentes segmentos (integrantes de empreendimentos solidários, integrantes do movimento feminista, representantes de partidos políticos, de entidades de apoio e fomento, entre outras), com objetivo de ancorar o debate feminista à realidade das mulheres produtoras, tecendo relações de solidariedade e disputando políticas públicas. “O objetivo era fazer uma articulação política entre todo mundo que trabalhava com economia solidária e mulheres”, conta uma das articuladoras do Fórum Paulista de Economia Solidária que teve papel fundamental para a criação da Associação. Do ponto de vista das mulheres que compunham os empreendimentos, elas estavam na busca por “liberdade, autogestão do próprio negócio, saber pôr o preço justo, saber sobreviver com o dinheiro”, em um espaço onde pudessem “ser protagonistas”, ter “autonomia para fazer a gestão coletiva”, contam as empreendedoras.

As mulheres da AMESOL têm em comum atuar, a partir dos territórios da periferia de São Paulo, para o reconhecimento do valor não só econômico, mas também social, cultural e ambiental do seu trabalho. Eles visam obter maior autonomia financeira através da venda de seus produtos. Procuram também aumentar sua autonomia pessoal, através da capacidade de tomar decisões que dizem respeito a seu empreendimento e à sua vida como mulher, sejam elas casadas ou solteiras, heterossexuais ou homossexuais, a cargo de outros membros da família ou não.

A seguir, serão aprofundadas duas questões relativas à experiência das mulheres da AMESOL: as dificuldades da se construir a solidariedade pela distância dentro do território da Grande São Paulo, e também como essa questão se relaciona com as relações de gênero, mais especificamente as responsabilidades das mulheres pela reprodução social em geral. Ambas essas questões têm impacto nas práticas de solidariedade forjadas entre e pelas mulheres.

Construindo a solidariedade nas distâncias da Grande São Paulo

As associadas da AMESOL residem na Grande São Paulo, a maior Região Metropolitana do Brasil, que reúne mais de 20 milhões de habitantes em 39 municípios vizinhos.⁴ Muitas moram em áreas periféricas da cidade de São Paulo, outras em municípios circunvizinhos: Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Rio Grande da Serra, Suzano.⁵

³ As Feiras mensais de economia solidária e feminista da AMESOL aconteceram no Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, localizado na Zona Oeste da cidade de São Paulo-SP, entre o período de dezembro de 2017 e o primeiro semestre de 2019.

⁴ Dados da EMPLASA e IBGE disponíveis em <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>

⁵ A maioria das mulheres da AMESOL têm em sua trajetória pessoal ou familiar marcas da migração. São famílias que vieram de estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil para São Paulo “tentar a vida”, “tentar a sorte”, e instalaram-se nos rincões de uma cidade que hoje já cresceu muito além de onde fizeram residência.

Os deslocamentos que as mulheres fazem pela cidade por conta do trabalho nos empreendimentos se dão por diferentes motivos. Para aquelas cuja produção não acontece em casa, o deslocamento até o local de produção é a principal preocupação, seja ele a casa de alguma companheira de empreendimento, a casa de um parceiro ou amigo, ou o ateliê de produção. Com sorte, o trajeto é pequeno e possibilita viagens constantes. Quando esse não é o caso ou então quando é período de baixa de vendas, muitas vezes a produção é planejada para que aconteça apenas em alguns dias, chegando até a ser interrompida quando a situação se exacerba. A dificuldade com o transporte foi e é um dos motivos para muitas mulheres preferirem ter a produção em casa, além da possibilidade que isso traz de se ocuparem, ao mesmo tempo, com o trabalho de cuidado com a casa e familiares.

Outros motivos de deslocamento pela cidade são a compra de matéria prima, atividades de formação, reuniões de articulação sócio-política, e para a comercialização de seus produtos. A principal concentração dos espaços de articulação, formação e comercialização acontecem em áreas centrais da cidade de São Paulo. Algumas mulheres indicam gastar até 80 horas por mês em trânsito por conta dos assuntos do empreendimento. O gasto financeiro com esses deslocamentos, indicado por elas nas casas das centenas de reais mensais, muitas vezes excede as sobras que elas têm com a venda de seus produtos. O tempo, custos e condições de deslocamento, como situações de assédio ou falta de acessibilidade, têm influência determinante na participação das mulheres em espaços da economia solidária e nas condições concretas de busca por autonomia.

Relações e práticas de solidariedade

O que as práticas solidárias significam concretamente para empreendimentos de mulheres nesse contexto? A AMESOL, em primeiro lugar, constitui um espaço coletivo de formação e de comercialização solidária para suas associadas. Além disso, existem múltiplas relações de parceria e práticas de autoajuda entre elas, que muitas vezes ocorrem fora de qualquer organização formal. É comum que mulheres da AMESOL acessem matérias primas por meio de parceiras/os que guardam materiais recicláveis como caixas de leite, garrafas ou retalhos de tecido. Outras participam de compras coletivas através de grupos de whatsapp, que mesmo sem ter uma forma legal lhes permite comprar matérias primas de qualidade como, por exemplo, óleos essenciais e obter desconto. As mulheres também trocam saberes e ideias de produtos, ensinam suas técnicas umas as outras (inclusive em oficinas durante as feiras da AMESOL), acessam juntas projetos de apoio, espaços de formação e divulgação de seus produtos através da AMESOL ou outros coletivos, ligados à economia solidária, ao feminismo, bem como ao movimento negro, de moradia, LGBT, indígena, de saúde mental, entre outros. Alguns empreendimentos recebem a ajuda de amigos ou parceiros desses movimentos para a divulgação de seus produtos, seja de boca em boca ou nas redes sociais. Amigos e familiares também ajudam no transporte ou na produção nos momentos de grande demanda.

Essas relações de parceria e práticas de solidariedade são essenciais para os empreendimentos femininos. Embora alguns empreendimentos se distanciem da economia solidária ao assumirem formas legais tradicionais (como as Microempresas Individuais), observamos que seu funcionamento real é baseado em práticas de ajuda e parceria. “Se não fosse essas parcerias que eu tenho, acho que já tinha quebrado”, conta uma das associadas da AMESOL.

As relações de solidariedade perpassam todo o funcionamento dos empreendimentos, desde a obtenção da matéria prima até a divisão das sobras. Algumas dessas relações de solidariedade se constroem em âmbito familiar: com parentes, irmãos, tios e tias. Algumas vão sendo criadas a partir dos casamentos: o próprio marido ou esposa, sogra, cunhada; e outras a partir da maternidade: a relação com filhos e filhas, noras, genros. Essas são as relações de solidariedade de proximidade. Há também outro tipo de relações, as que são construídas fora de casa. Amizades, parcerias, companheiras e companheiros que constroem o movimento feminista ou de economia solidária.

Nesses casos, os movimentos sociais se mostram espaços de construção de parcerias.

Além dos frutos materiais nos empreendimentos (para a obtenção de matéria prima, transporte, acesso a novos espaços de formação ou comercialização), essas relações de solidariedade, quando vistas no âmbito da vida das mulheres, também geram apoio, incentivo, suporte:

“O meu marido fala assim: gente, eu acredito muito em vocês. Ele fala assim, sabe, de um jeito. Entendeu? A família é o essencial. Ela tem que estar nos apoiando. Filho, marido, primo... não tem que estar pondo você lá pra baixo. Isso daí é o essencial pra nós, eu acho que também é um pouco disso que o empreendimento ainda tá em pé. Porque a gente tem o apoio da família, porque se a família da gente fosse pra baixo, a gente tinha desistido, tinha entregado os pontos”. (artesã associada da AMESOL).⁶

A capacidade destas mulheres em tecer relações também lhes permite ter acesso a espaços de articulação sócio-política. São parcerias com ONGs; projetos sociais; grupos e coletivos organizados; redes de economia solidária, de costura ou artesanato; grupos de consumo; iniciativas de fomento a empreendimentos sociais ou a atuação de mulheres empreendedoras; pontos de economia solidária. Assim cada empreendimento vai se formando a partir de redes, e se conectando a outras redes.

As relações de solidariedade constitui o terreno onde as mulheres constroem a economia solidária e feminista. Elas apresentam certas ambivalências, pois se por um lado são ajudas e sustentações objetivas e subjetivas que as mulheres têm com o trabalho no empreendimento, também demandam tempo de construção e cuidado (mais uma tarefa para a grande lista de tarefas a que elas têm que cumprir).

Em alguns casos, as relações próximas (como casamento) são impeditivas para que as mulheres circulem por novos espaços. São situações de violência e opressão que vem de dentro da família ou de relações próximas:

“E em casa aquele negócio de: 'Ah, você não pode fazer isso. Ah, você não pode fazer aquilo. Ah, por que você vai fazer isso?'. Eu tinha esse negócio na minha própria casa. Dentro da minha própria casa, eu não posso negar. Muitas vezes eu cheguei aqui e chorava aqui, sabe? Porque desfaziam do meu negócio. Desfaziam”. (artesã associada da AMESOL).

Nessas situações, a ausência das relações que configuram suporte material e subjetivo para o trabalho nos empreendimentos pode ser vista como a ruptura da articulação dos níveis de solidariedade, e representam entraves e limites para a entrada e participação das mulheres na economia solidária e feminista.

Há duas questões principais para que essas relações contribuam positivamente para a autonomia das mulheres. A forma, mais ou menos igualitária, destas relações é uma primeira questão, tanto mais importante quanto as mulheres da AMESOL são confrontadas com uma vasta oferta de projetos sociais (iniciativas de empreendedorismo social e/ou feminino, ONGs, entre outros). Esses projetos estão proliferando na periferia da Grande São Paulo e incentivam a formação de novos coletivos, mas nem sempre respeitam as pessoas e o princípio de igualdade. A solidez desses coletivos é uma segunda questão, em um momento em que a incerteza política e econômica está levando muitas mulheres a multiplicar suas alianças. Reforçar as alianças positivas, para poder absorver choques e se projetar melhor no futuro, continua sendo uma tarefa importante para a AMESOL e os empreendimentos.

⁶ Essa entrevista e as demais citadas no artigo foram feitas com empreendedoras associadas da AMESOL no ano de 2018.

A experiência das mulheres da AMESOL mostra como a construção das relações de solidariedade esbarram em cotidianos desafios, alguns colocados pelas grandes distâncias no território da Grande São Paulo, outros pela posição de gênero que elas ocupam, seja por responsabilidade pela reprodução social em geral (por exemplo, o cuidado com as casas, com as crianças, idosos e doentes), seja pelas relações de poder entre homens e mulheres forjadas no seio de uma sociedade capitalista patriarcal. Faz-se necessário olhar com atenção para as práticas construídas por elas nesses contextos, alargando nosso olhar para camadas invisíveis da solidariedade, elementos para avançar no debate sobre a economia solidária no Brasil e sua relação com a reprodução social.

Economia e solidariedade desde as práticas das mulheres

Expandir o olhar para as condições de construção da solidariedade entre mulheres

A experiência da AMESOL mostra como a realidade das mulheres é permeada por relações de ajuda mútua e cuidado que fazem parte das atribuições sociais designadas ao gênero feminino, como parte do trabalho não remunerado de reprodução da vida, também fundamentado na construção de vínculos sociais. Essas relações de solidariedade baseadas na família, na comunidade e/ou no engajamento político são indispensáveis para a entrada e manutenção das mulheres nos empreendimentos solidários e em espaços de engajamento sócio-político.

“Da mesma maneira que uma parte da economia é invisível para o paradigma capitalista, uma parte das relações de solidariedade fica na sombra da esfera privada, o qual as exclui não somente da política, mas também do debate público. Democratizar essas relações exige apoiar-se em categorias de entendimento do debate público e político que vão além da política instituída, para dirigir nosso olhar aos processos, quase sempre tímidos e com frequência ambivalentes, de emergência de novos sujeitos políticos subalternos” (Hillenkamp, 2019, p.14).

Há de certo uma diferença entre os empreendimentos femininos que têm uma dimensão coletiva, como grupos e cooperativas de produção ou como redes de comercialização, e outros que se definem no nível da família e se encaixam em redes informais de parceria e de ajuda mútua. No entanto, isso não significa que estes empreendimentos da AMESOL não pratiquem a solidariedade - ela pode assumir outras formas que são, por vezes, mais difíceis de observar. Todos têm em comum de se apoiar em solidariedades, isto é, em relações de interdependência voluntariamente construídas:

Eu sempre participei de várias redes de mulheres que procuravam se ajudar nas suas dificuldades. Porque assim, você é mãe, você trabalha, você nunca faz uma coisa só. Você tem que fazer uma porção de coisas. E você só consegue isso, e as suas amigas e as pessoas do seu entorno também só conseguem, porque uma ajuda a outra. Eu a vida inteira ajudei as minhas amigas a pegarem os filhos na escola, as minhas amigas me ajudaram a levar os meus na escola e me ajudaram com outras questões para que a gente conseguisse dar conta de todas as coisas que a gente precisava dar. Fazer isso de uma forma organizada e em uma associação, além de fazer com que isso aconteça melhor, isso principalmente no caso do empreendimento, dá visibilidade às mulheres. Talvez a coisa mais importante seja essa, né? (artesã associada da AMESOL).

Lançar luz a essas dimensões invisíveis e fluidas da solidariedade, forjadas não apenas fora de casa, mas também no âmbito das relações doméstico-familiares, no ambiente dito privado, pode caminhar no sentido de tensionar e expandir o debate sobre o campo da economia solidária no Brasil, e sobre as formas de olhar a economia, de maneira a identificar condições e entraves para a emancipação das

mulheres.

A economia solidária no Brasil desde a perspectiva das mulheres

No Brasil, a consolidação da economia solidária como movimento social, política pública e campo de estudos acadêmicos tem na solidariedade um dos pilares constitutivos dessa “outra economia”, emergente nesses critérios a partir dos anos 1990. Paul Singer, um dos principais teóricos da economia solidária no país, que também esteve à frente da Secretaria Nacional de Economia Solidária, enfatiza as relações solidárias no processo de construção da autogestão (terem trabalhadores e trabalhadoras o controle dos meios, processos e sobras da produção), em contraposição ao comportamento competitivo que ele identifica em empresas organizadas a partir do modo capitalista de produção e gestão (Singer, 2001; 2002).

“A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade” (Singer, 2002, p.10).

Singer localiza o surgimento da economia solidária no contexto internacional e brasileiro a partir de momentos de crise e ruptura capitalista, invocando, sobretudo experiências do movimento associativista operário europeu da primeira metade do século XIX. Essa abordagem, apesar de lançar luz às novas formas de economia emergentes e de darem ênfase na sua consolidação a partir de relações não competitivas, empáticas, forjadas na solidariedade, encontra seus limites ao ser usada como lente para compreender as experiências das mulheres. Segundo Singer,

“A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (Singer, 2002, p.9).

Quando olhamos para a experiência das mulheres da AMESOL, vemos que justamente a condição de serem mulheres periféricas não as coloca em pé de igualdade para a construção da solidariedade que supostamente permeia tais relações econômicas. São responsabilidades de cuidado familiar; situações de dominação, violência e opressão nas relações parentais e conjugais, nos empreendimentos e movimentos sociais; as longas distâncias que têm que percorrer pela cidade; além da grande sobrecarga que representa as responsabilidades de trabalho doméstico - influenciam diretamente na inserção e nas condições de participação delas em espaços da economia solidária.

Além disso, ao restringir a definição de economia solidária a partir de uma visão orientada à produção para a geração de renda (caracterizando-na como processos de produção, comercialização, consumo ou poupança), Singer constrói uma visão da economia que deixa de lado os trabalhos relativos à reprodução social da população, os trabalhos executados pelas mulheres e que são determinantes para a participação delas (e também de qualquer trabalhador) nos empreendimentos.

Genauto de Carvalho França Filho (2002), no campo da Economia Solidária, identifica uma série de comportamentos não movidos pelo acúmulo do capital, propondo uma análise que articula diferentes lógicas e racionalidades, combinando comportamentos mercantis, não-mercantis e não-monetários. São identificados nas relações de solidariedade tais princípios econômicos híbridos, a partir dos quais se pode pensar em novas formas de sociabilidade.

Essa chave de análise oferece elementos que nos permitem alargar a visão sobre economia e os

comportamentos econômicos. À luz dos escritos de Karl Polanyi (1944), somos estimuladas a mudar a visão que restringe a economia aos mercados - e aos comportamentos mercantis -, para uma visão holística e substantiva da economia, que considere também a reciprocidade, redistribuição e autossuficiência como princípios de comportamento econômico.

Há outros autores que a partir da economia solidária propõem uma abordagem plural da economia. O economista argentino Jose Luis Coraggio (2009), ao pensar em termos da “economia do trabalho”, incorpora os princípios apresentados por Polanyi em uma visão da economia em que prevalece “a qualidade de vida, a realização efetiva do potencial das pessoas interligadas por relações de solidariedade” (Coraggio, 2009, p.122). Coraggio dá devido destaque ao lugar das Unidades Domésticas (UD) nesse modelo de economia, que seria entendida como a forma elementar de organização microeconômica – desafiando os limites do público/privado de uma abordagem heterodoxa da economia. Também Jean Louis-Laville (2009) incorpora a visão substantiva de Polanyi e Marcel Mauss para pensar uma economia plural, e ressalta a importância das experiências de economia solidária para um projeto de democratização da economia e da sociedade.

Reprodução social e caminhos para a emancipação

Nesta seção, nos deteremos mais a fundo sobre a crítica feminista à economia, resgatando o debate sobre a relação dos diferentes trabalhos, ditos produtivos e reprodutivos, sobretudo partindo do pensamento de Silvia Federici e Christine Delphy. Aliando esse debate à teoria polanyiana, serão aprofundadas também as críticas de Nancy Fraser sobre a emancipação como um movimento pertinente a ser incorporado em uma visão integral da economia a serviço da vida. Com esses novos elementos, retornaremos à experiência prática da AMESOL localizando nela novos significados.

Diferentes tipos de trabalho a serviço da reprodução da vida

A partir de uma visão plural da economia, têm-se elementos para olhar o trabalho das mulheres de cuidado doméstico e familiar, historicamente não remunerado e invisibilizado, incorporando-o como dimensão econômica – indispensável para a reprodução da vida e do bem viver de uma população. Esse debate vem sendo mobilizado pela crítica feminista às formas de organização da reprodução social e das relações de gênero no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, Silvia Federici (2017) reconstrói a história de consolidação do capitalismo para mostrar como foi fundamental nesse processo a institucionalização também do patriarcado- a criação de uma nova divisão sexual do trabalho baseada na subordinação das mulheres e em movimento conhecido como “caça às bruxas”, ante as práticas que historicamente elas exerciam de controle da reprodução social (métodos contraceptivos, parto, aborto).

A partir dessa perspectiva, faz sentido olhar para as práticas solidárias desde sua relação com os trabalhos de reprodução da vida – esses exercidos pelas mulheres, substantivamente ancorados em princípios econômicos não mercantis, resultando em práticas e relações comunitárias de ajuda mútua e solidariedade. É um caminho diferente do que fazem aqueles teóricos que localizam as práticas de solidariedade a partir do processo de exclusão dos trabalhadores do mercado capitalista, uma vez que Federici mostra justamente como a própria constituição do modelo capitalista de produção fundamenta-se na exclusão e/ou subordinação das mulheres.

Christine Delphy (2015) também olha para o funcionamento do modo capitalista de produção, mostrando como ele gera um tipo subordinado e geralmente invisibilizado de trabalho e relações sociais, chamado de doméstico. Para a autora, o trabalho doméstico é produtivo assim como o mercantil, e o capitalismo aliado ao patriarcado se reproduz, nessa forma de articulação, a partir da exploração do trabalho doméstico que fica sob responsabilidade das mulheres.

Apesar de apresentarem uma visão da economia que se centra no capitalismo, movimento contrário ao que propomos com a adoção de uma visão mais plural da economia, é valoroso reconhecer os elementos trazidos por essas autoras que ajudam a pensar a democratização da economia e da sociedade não limitados apenas à esfera mercantil da economia, tampouco apenas à esfera doméstica, mas de ambos concomitantemente. Segundo Isabelle Hillenkamp, “um questionamento das relações de trabalho concomitantes nas esferas mercantil e não mercantil é necessário para ir além da mera compensação da exploração do trabalho doméstico dentro da produção capitalista” (Hillenkamp, 2019, p.7).

Alargando ainda mais a economia: caminhos para a emancipação

Karl Polanyi, ao questionar a naturalização da economia como uma relação mercantil que tem como campo de força os mercados, alerta aos perigos do desenraizamento das relações e comportamentos econômicos frente às normas e valores da sociedade. Essa visão traz subsídios fundamentais para repensar o lugar dos diferentes tipos de trabalho necessários para a reprodução da vida de uma população, e como particularmente isso está presente na vida das mulheres, como avançam Federici e Delphy.

Outra contribuição importante é a de Nancy Fraser (2011), que incorporando a crítica de Polanyi ao reducionismo mercantil da economia, levanta a necessidade de considerar as formas de dominação inerentes às relações sociais não necessariamente mercantis, inserindo no debate o conceito de emancipação.

Para Fraser, o enraizamento da economia nas normas e valores sociais não é a priori um caminho para a emancipação, uma vez que existem mecanismos de dominação que não estão ligados às relações mercantis. A dominação pode ser baseada em relações de gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outras, incorporadas aos valores morais de uma sociedade, que interpelam a vida das pessoas e que estruturam a participação delas em ambientes ditos produtivos.

Articulando com a experiência e a realidade da vida das mulheres, temos que não necessariamente a participação delas em relações mercantis é de dominação, e também não são livres de dominação as relações sociais de proteção (como as relações de violência e opressão que acontecem no ambiente doméstico e familiar).

Podemos extrair da experiência das mulheres da AMESOL a forma como elas articulam a partir da participação nos empreendimentos solidários e na Associação dimensões econômicas, sociais e políticas, combinando elementos mercantis, não mercantis e não monetários no equilíbrio dos diferentes trabalhos pelos quais elas são responsáveis. Conta-nos uma das associadas:

“[Trabalhar na economia solidária] é muito diferente, porque é liberdade, é autonomia. Você fazer da forma que seja melhor, da forma que você consiga cuidar do seu empreendimento, que você não se afaste da sua família, que você consiga deixar tudo junto na sua vida. É outra forma de você encarar o trabalho. É uma forma mais prazerosa, né, porque não te tira nada. Só te acrescenta“. (artesã, associada da AMESOL).

A sensibilidade para olhar pela relação dos modos de produção doméstico e mercantil na vida das mulheres é incorporada na dinâmica de criação e funcionamento da AMESOL, como conta uma das suas articuladoras, educadora da SOF:

As políticas [públicas e sociais] sempre favoreciam exatamente quem já estava estruturado. E os grupos de mulheres, ainda que fossem muito mais numerosos, quando foi feita a pesquisa [de Mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários realizado pela SENAES], por exemplo,

só identificou os masculinos. Porque os grupos de mulheres são oscilantes. Quando a SENAES foi apresentar os dados, o recorte que eles fizeram excluía os grupos de mulheres. As experiências das mulheres. Foi-se criando uma rede de pessoas mobilizadas em torno dessa questão das mulheres, com a ideia de formar uma associação. Essa rede era formada por mulheres não necessariamente se identificando como feministas, mas olhando pra essa realidade das mulheres na economia solidária, que é muito desigual. A gente foi criando um outro jeito de olhar pra realidade dessas mulheres, que não fosse reprodução do “mais do mesmo”. Porque mais do mesmo, já não estava dando certo, né? As mulheres já eram os empreendimentos mais frágeis, já eram a maioria que ninguém enxergava. Então, fomos criando outras formas de enxergar e de olhar isso. (...) A gente não quer criar uma forma burocrática do tipo, ‘para participar das feiras, você tem que participar de, pelo menos, três reuniões’. Porque aí, para qual situação a gente empurra as mulheres? A gente não quer criar uma burocracia que não seja real pra vida das mulheres. Quer que as mulheres tenham prazer de estar na reunião da AMESOL, se sintam parte dessa construção, que venham para a reunião, que participar da feira é uma decorrência disso tudo. E não burocratizar a participação. Porque isso que acontece em muitos lugares. ‘Ah, você pra participar desta feira, você tem que vir pra uma reunião’. A gente fala, ‘pô, mas às vezes a pessoa não tem condição de ir numa reunião’” (educadora da SOF).

Pensar as relações de solidariedade a partir desse movimento demanda a criação de novos caminhos para ler e construir a democratização da economia e da sociedade. Esses novos caminhos só se fazem possível se partirmos da experiência concreta de busca pela emancipação das mulheres, das mulheres homossexuais, negras, periféricas, e sua construção de autonomia.

Considerações finais

Diante da redução de políticas de apoio e fortalecimento da economia solidária e das vendas de muitos empreendimentos,⁷ da pressão do trabalho doméstico e de cuidado, e das distâncias a percorrer na grande cidade, são poucos os empreendimentos associados na AMESOL que correspondem ao modelo de organização coletiva e supra-familiar, parâmetros de acesso às políticas públicas como considerado no Sistema de Informação em Economia Solidária.⁸ Disso resulta a falta de dados sobre a situação das mulheres na economia solidária, além da situação de vulnerabilidade e dificuldade em acesso a políticas públicas de apoio e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários. Também as mulheres da AMESOL relatam sentimento de ilegitimidade, ao não se sentirem contempladas com os princípios que devem reger os Empreendimentos Econômicos Solidários, a despeito de localizarem-nos nas suas práticas.

Uma visão da economia e das relações de solidariedade que incorporem as esferas não mercantis e as atividades de reprodução da vida como partes constitutivas e indissociáveis do trabalho produtivo nos oferece um caminho de reflexão e ação que se aproxima das condições e entraves concretos que

⁷ Sentida sobretudo de 2016 pra cá, com a significativa redução dos recursos destinados às políticas públicas de economia solidária e a redução da SENAES à Subsecretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho (2016) e mais recentemente à uma pasta dentro da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana do Ministério da Cidadania (2019).

⁸ Desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária para identificar e registrar informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), além de entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil. Fica tipificado um EES, de acordo com os parâmetros estabelecidos, uma organização coletiva suprafamiliar permanente, autogestionada, que realize atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização e de consumo solidário (SENAES, 2012).

as mulheres periféricas encontram na sua busca pela autonomia e emancipação.

Esse olhar também levanta a questão da conjuntura política, social e econômica do Brasil. A flexibilização e precarização das relações de trabalho e emprego, o endurecimento das possibilidades de acesso ao sistema de seguridade social, recentes mostras de conservadorismo moral que acentuam formas de dominação que sempre estiveram presentes em nossa sociedade, são as características para a cada vez mais dura condição de vida das mulheres, mulheres negras, mulheres periféricas. Que efeito isso tem na vida das mulheres que constroem a economia solidária? Como, a partir desse contexto, se formam as relações de solidariedade entre elas?

No caso da AMESOL, identificar as práticas de solidariedade forjadas entre as mulheres perpassa ajustar o olhar para a vida na grande cidade, as demandas domésticas e familiares e outras tantas responsabilidades historicamente sob cuidado delas. É preciso olhar para as práticas solidárias das produtoras não só a partir da dimensão mercantil, mas alargando-as para dimensões não mercantil, social e política. Assim, podemos compreender como mesmo os empreendimentos de produção individual são permeados por práticas de solidariedade em todos os processos da obtenção de matéria prima, divulgação, comercialização, divisão das sobras, atividades de formação e de engajamento político.

É preciso repensar a atualidade e evolução da economia solidária no Brasil. Diante da homogeneização neoliberal da economia, das práticas de subjetivação individual, de concorrência no âmbito dos indivíduos/trabalhadores, vemos também um contexto político no qual emergem sujeitos e práticas autoritárias, desestruturando direitos sociais, políticos e econômicos arduamente estabelecidos pela sociedade civil. Nesse cenário, é possível argumentar o quanto a economia solidária e a forma de articulação solidária dos processos econômicos, cada vez mais se torna uma estratégia possível de resistência – democrática e feminista.

Com este artigo, no entanto, a partir da identificação de casos concretos, apresentamos a necessidade de ampliar as concepções de solidariedade inclusas no modelo de economia solidária estabelecido pela política pública e pelo debate teórico acadêmico brasileiros, e assim traçar novos caminhos para a democratização da economia (e da sociedade), dando visibilidade aos sujeitos (ou às sujeitas) que, a partir desse olhar, emergem à cena política.

Referencias

Coraggio, J. L. (2009). Economia do Trabalho. Em A. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger e P. Hespanha, *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Brasil: Edições Almedina.

Delphy, C. (2015). O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, 17, 99-119.

Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, Brasil: Editora Elefante.

Fraser, N. (2011). Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. *Revista Direito GV*, .7(2), 617-634.

Hillemkamp, I. (2019). Reproducción social y solidaridad: un nuevo debate es necesario. *Revista Umbrales da Universidad Mayor de San Andrés* (no prelo).

Laville, J. L. (2009). Economia Plural. Em A. Cattani, J. L. Laville, L. I. Gaiger e P. Hespanha,

Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra, Brasil: Edições Almedina.

Mies, M. (1998). Investigación sobre mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feminista. Em E. Bartra (comp.), *Debates en torno a una metodología feminista*. Xochimilco, México: Universidad Autónoma Metropolitana.

Polanyi, K. (1944). *A Grande Transformação: As Origens de Nosso Época*. Lisboa, Portugal: Leya.

Secretaria Nacional de Economia Solidária (2012). Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003-2010. Brasília, Brasil.

Singer, P. (2001). Economia solidária versus economia capitalista. *Soc. estado*, 16(1-2), 100-112.

Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo.

Sousa Santos, B (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

Agradeço imensamente as contribuições de Isabelle Hilenkamp e Joana Barros com as reflexões que dão corpo a este artigo. Agradeço também as contribuições de Miriam Nobre, Maria Fernanda Marcelino, Vera Machado, Nalu Faria e Sheyla Saori. Os argumentos aqui sustentados são de minha exclusiva responsabilidade.

Enviado: 20/05/2019
Aceptado: 06/11/2019

Cómo citar este artículo:

Carrascosa von Glehn Schwenck, B. (2019). Solidariedade e a vida das mulheres na Grande São Paulo: A experiência da Associação de Mulheres na Economia Solidária do estado de São Paulo, Brasil. *Otra Economía*, 12(22), 120-132.